

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CARLOS GARCIA BARBOSA

**EFD-CONTRIBUIÇÕES – QUAL A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE O
SETOR CONTÁBIL E A DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A
GERAÇÃO DO ARQUIVO DIGITAL.**

CRICIÚMA

2012

CARLOS GARCIA BARBOSA

**EFD-CONTRIBUIÇÕES – QUAL A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE O
SETOR CONTÁBIL E A DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A
GERAÇÃO DO ARQUIVO DIGITAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências
Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. Tiago Stock

CRICIÚMA

2012

CARLOS GARCIA BARBOSA

**EFD-CONTRIBUIÇÕES – QUAL A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE O
SETOR CONTÁBIL E A DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A
GERAÇÃO DO ARQUIVO DIGITAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em Contabilidade tributária.

Criciúma, ... de Dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Tiago Stock - Orientador

Prof..... – Examinador 1

Prof..... – Examinador 2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as pessoas que sempre estiveram ao meu lado e sempre confiaram no meu potencial, principalmente minha mãe, Rejane Nunes Garcia, que passou por cima de tudo e de todos para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre me iluminou nessa caminhada e me deu prazer de conviver com pessoas muito especiais.

Aos meus pais, Manoel Cardoso Barbosa e Rejane Nunes Garcia, por tudo que me ensinaram, pelo amor, carinho e compreensão, por ter feito de mim um ser humano.

A minha irmã Fernanda Garcia Barbosa, que mesmo distante, esteve sempre perto de mim.

Ao meu orientador Tiago Stock que apesar das dificuldades, me apoiou e me guiou na conclusão deste trabalho.

Aos colegas de serviço, que de forma indireta sempre me ajudaram na conclusão deste curso.

Aos colegas de classe, em especial Diógenes Mendes, que esteve comigo nessa batalha desde o começo e agora irá terminar ao meu lado.

Aos amigos da universidade, pelo aprendizado e momentos divertidos. Destaco os colegas da Diretoria Acadêmica, ao qual tive a honra de fazer parte.

A universidade e todo o corpo docente de Ciências Contábeis, por ter me formado não só um profissional nesta área, mais sim um ser humano.

Ao time do curso de Ciências Contábeis, que nesses quatro anos e meio me deram o prazer de representar as cores desta sigla.

A todos aqueles que, de certa forma, me ajudaram e sempre me deram forças para continuar.

PENSAMENTO

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”
(Mahatma Gandhi)

RESUMO

BARBOSA, Carlos Garcia. **EFD-Contribuições – Qual a importância entre o setor contábil e a da tecnologia da informação para a geração do arquivo digital.** 2012. 59 p. Orientador: Tiago Stock. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC

Durante anos os órgãos fiscalizadores tentaram criar ferramentas eficazes contra o combate a sonegação fiscal. Em 2007 o governo federal criou um conjunto de sistemas que permite a fiscalização entre dados fornecidos por clientes e fornecedores, capaz de auxiliar nesse combate. Entre o conjunto de informações temos a EFD-Contribuições criada em meados de 2010. A EFD-Contribuições é um sistema de divulgação da tributação do PIS/COFINS e INSS sobre o Faturamento. Ocorre que os dados exigidos pelos órgãos fiscalizadores exigem uma interligação de dados tão complexa que tem tirado o sono de muitos programadores de sistemas e de contadores. Diante dessa necessidade de interligação de dados, vemos a importância da comunicação entre o setor contábil de Uma empresa com o setor de Tecnologia da Informação para a geração do arquivo digital. O objetivo desse trabalho foi de demonstrar a importância da comunicação entre todos envolvidos na geração desta obrigação acessória, sendo assim, verifica-se a necessidade de outros meios de comunicação mais ágeis e práticos. que permitam que os profissionais contábeis e as empresas acompanhem esta evolução contábil, que segue crescendo cada dia mais.

Palavras-chave: Comunicação; EFD-Contribuições; Contabilidade

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 – Tabela de Blocos da EFD - Contribuições	33
TABELA 2 – Tabela de Informações das Notas Fiscais	34
TABELA 3 – Tabela de Cadastro de Participantes.....	35
TABELA 4 – Tabela de Identificação dos Itens	36

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 – Qual a área de atuação de sua empresa?	44
GRÁFICO 2 – Como você considera o nível de comunicação entre o setor contábil de sua empresa com o Setor de Tecnologia da Informação?	45
GRÁFICO 3 – De que maneira é feita comunicação entre o setor contábil de sua empresa com o Setor de TI?	46
GRÁFICO 4 – Qual o sistema contábil que sua empresa utiliza?	46
GRÁFICO 5 – Há quanto tempo você esta operando o programa da EFD-Contribuições	47
GRÁFICO 6 – Nesse tempo qual o nível de adaptação a EFD-Contribuições?	48
GRÁFICO 7 – Qual a maior dificuldade encontrada na geração do arquivo Validador?	49
GRÁFICO 8 – A sua empresa conseguiu transmitir à primeira EFD-Contribuições corretamente?	51
GRÁFICO 9 – Das declarações enviadas quantas necessitam de correções?	51
GRÁFICO 10 – A EFD-Contribuições mudou sua rotina de trabalho?	52
GRÁFICO 11 – Caso a resposta seja positiva, como foi a alteração na rotina?	52
GRÁFICO 12 – Houve a necessidade de contratação de pessoal para suprir a obrigatoriedade de entrega da declaração?	53
GRÁFICO 13 – Com a implementação da Escrituração Digital, você considera que o Governo conseguirá controlar a sonegação?	54
FIGURA 1 – Devoluções de Venda	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

EFD – Escrituração Fiscal Digital

I.N. – Instrução Normativa

PIS – Programa de Integração Social

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 METODOLOGIA.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE.....	17
2.2 EVOLUÇÃO CONTÁBIL	18
2.2.1 Alterações Contábeis	19
2.3 SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO CONTÁBIL	21
2.3.1 SOFTWARES CONTÁBEIS	22
2.3.1.1 Evolução dos Softwares	22
2.4 PROFISSIONAL CONTÁBIL.....	24
2.4.1 Importância do Profissional Contábil	25
2.4.2 Tomada de Decisões	26
3 EFD-CONTRIBUIÇÕES	28
3.1 CONCEITO	28
3.2 OBRIGATORIEDADE.....	28
3.2.1 PIS/COFINS	30
3.2.1.1 Cumulatividade.....	31
3.2.1.2 Não – Cumulatividade	32
3.2.1.2.1 <i>Aproveitamento de Crédito</i>	32
3.3 INFORMAÇÕES PRESTADAS	33
3.4 FISCALIZAÇÃO	37
4 COMUNICAÇÃO CONTÁBIL	39
4.1 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO.....	39
4.2 FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS PARA MELHORAR A COMUNICAÇÃO.....	40
5 PESQUISA DE CAMPO	43
5.1 COMENTÁRIOS ACERCA DO TEMA	43
5.2 COMENTÁRIOS ACERCA DO QUESTIONÁRIO	44

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNCIDE - QUESTIONÁRIO.....	58

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se o tema e o problema do trabalho, demonstrando os objetivos a serem alcançados no decorrer dos estudos. Na sequência, aborda-se a justificativa onde a importância do tema torna-se evidente. Por último, descreve-se a metodologia a ser utilizada neste processo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Atualmente com o avanço da informatização contábil, muitos escritórios e empresas não estão preparados para o grande número de atualizações das obrigações tributárias e contábeis exigidas pelo fisco, obrigações essas que vieram para minimizar o serviço do profissional contábil e melhorar a fiscalização, estão tornando cada vez mais difícil a vida do declarante, devido à grande complexidade das informações prestadas.

O escritório contábil, de uma maneira geral, é a segunda casa de qualquer empresa que almeja ser grande algum dia, pois qualquer problema que surja, seja ele pequeno ou grande, a maioria dos empresários recorrem ao seu profissional contábil. A contabilidade em si tem por objetivo, demonstrar aos usuários das informações tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, os bens, direitos e obrigações de uma entidade, tornando-se um ser indispensável dentro de qualquer organização.

A informatização contábil veio para dar uma grande ajuda na evolução da contabilidade, porém ainda faltam muitos detalhes para se tornar um objeto perfeito. Antigamente se perdia muito tempo fazendo lançamentos manualmente e se ficava muito vulnerável a erros, estes inadmissíveis para um contabilista.

A Escrituração Fiscal Digital - Contribuições é um arquivo digital que foi instituído pelo SPED, onde os declarantes são as empresas do Lucro Real e do Lucro Presumido, sujeitos ao regime de apuração do PIS e da COFINS pelo método não-cumulativo e/ou cumulativo e também a CPP para receita bruta. Esta declaração tem como informações a serem prestadas o conglomerado de

documentos que representam as receitas de vendas de cada estabelecimento da empresa, assim como as compras que dão direito ao crédito dos tributos mencionados.

A comunicação verbal existe desde nossos antepassados e é essencial na sobrevivência dos seres humanos, a qual é executada de duas maneiras, a sonora e a visual.

Esses relatos revelam o quão importante é a comunicação dentro de qualquer organização, ainda mais com todas essas atualizações no setor contábil e tributário. Sendo assim, a pesquisa feita busca responder a seguinte pergunta-problema:

Qual a importância da comunicação entre o setor contábil e o da tecnologia da informação na formação do arquivo EFD – Contribuições?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa consiste em demonstrar a importância da afinidade entre o setor contábil e o da tecnologia da informação, para que as informações sejam passadas de forma correta ao fisco.

Para que se possa atingir o objetivo geral surge à necessidade de estabelecer objetivos específicos, que são:

- Identificar junto às leis, quais as obrigações e necessidades da EFD – Contribuições.
- Demonstrar a importância da comunicação entre as partes, a fim de fazer ajustes que tragam maior facilidade na formação do arquivo, minimizando os erros.
- Pesquisar em outras empresas da região carbonífera, como foi o impacto da primeira escrituração fiscal digital e diagnosticar/estudar como é feita sua comunicação com o software contábil.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Governo Federal com o passar dos anos esta, a procura de métodos que visam diminuir a sonegação fiscal das empresas perante os órgãos fiscalizadores. Muitos métodos foram utilizados, porém nenhum chegou a ser muito eficaz. A ultima alternativa proposta pelos órgãos fiscalizadores foi a criação do SPED que visa confrontar informações da empresa emitente para com a empresa adquirente, assim buscando diminuir a sonegação fiscal perante os contribuintes.

Como todo sistema novo de fiscalização, este também levará certo tempo para estar em pleno funcionamento. A dificuldade proposta por esse novo mecanismo de fiscalização é o grande número de informações que devem estar interligadas entre si. Diante disso, surge a necessidade da programação de softwares para suprir a obrigatoriedade dessa declaração.

Ocorre, porém, que o governo acabou por criar uma ferramenta muito complexa de informação, pois exige que as empresas de software, ou setores da Tecnologia da Informação criem relatórios que são diferentes de empresa para empresa, e que exige um grande número de vínculos de informações. Diante disso, vê-se necessidade da comunicação do setor contábil com o setor de TI.

Tendo em vista que muitas empresas ainda não estão adequadas à rotina dessa nova obrigatoriedade, esta pesquisa tem como meta verificar quais os maiores erros ocorridos na geração desse arquivo, para que assim possa capacitar melhor o contador perante este dever.

Este estudo procura levar a uma maior facilidade no entendimento da geração de arquivos, fazendo uma pesquisa de campo e diagnosticando quais as maiores dificuldades e quais os erros mais freqüentes, assim buscando alternativas para resolvê-los de uma maneira prática e ágil.

1.4 METODOLOGIA

Para elaborar uma obra científica faz-se necessário definir alguns procedimentos metodológicos que conduzirão o trabalho. A pesquisa, conforme Gil (1996, p. 19), é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A metodologia utilizada quanto aos objetivos será de uma pesquisa explicativa, pois visa demonstrar como é importante a comunicação entre as partes relacionadas na geração do arquivo EFD-Contribuições. Conforme RICHARDSON (1999, p. 146),

Por exemplo, um grupo de pesquisadores que está planejando um estudo detalhado da natureza, das fontes e conseqüências da pobreza. Tendo algumas idéias sobre o tema, está preocupado em não deixar de fora alguns aspectos importantes que possam contribuir para a explicação do problema.

Quanto aos procedimentos será realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de conceitos de autores e legislações pertinentes ao objeto de estudo.

Segundo Parra Filho e Santos (2000, p. 97),

a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais, rádio, gravações e fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, que publicadas, quer gravadas.

Outro procedimento de pesquisa a ser adotado, será a elaboração de um Questionário de perguntas fechadas, que conforme RICHARDSON (1999, pg. 191) “São aqueles instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas.” e será feito pelo autor desta monografia, fazendo um levantamento de como é a comunicação entre o setor contábil de uma empresa com o setor de Tecnologia da Informação, se foi possível efetuar a geração do arquivo no tempo hábil determinado pela legislação que a rege, dentre outras duvidas.

Esse questionário vai servir de auxílio na identificação de quais são os maiores problemas e dificuldades na obtenção deste arquivo, visto que cada empresa tem uma maneira de resolver os problemas, e conforme RICHARDSON (1999 PG. 71) “Esse tipo de estudo deve ser realizado quando pesquisador deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que

influem sobre determinado fenômeno.” Tendo isto como base, o autor irá utilizar o método quantitativo da pesquisa, tentando evidenciar, que por menor que seja uma atitude do profissional na formação do arquivo, pode comprometer o trabalho todo feito.

Portanto, utilizando-se desses instrumentos de pesquisa, acredita-se obter um maior conhecimento sobre o tema pesquisado, a fim de corrigir problemas de comunicação entre setores da empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para formular uma melhor análise do estudo, é necessário que em primeiro momento sejam efetuados levantamentos teóricos, para agregar maior conhecimento sobre a matéria e responder de forma mais eficaz o problema e objetivos propostos no trabalho.

2.1 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade é tão antiga quanto à própria civilização e isto está ligado à necessidade do ser humano conseguir cuidar do seu patrimônio e ver se o mesmo está crescendo ou diminuindo. No começo da contabilidade foram surgindo alguns princípios rudimentares juntamente com o desenvolvimento do comércio, durante esta evolução algumas cidades de tornaram ricas, e a fim de administrar suas riquezas, e o que os povos conquistados lhe deviam, um imperador criou sistema de registros, no qual eram gravados em tabuinhas de barro, com letras cuneiformes. Conforme ZANLUCA (2009)

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio. Há indícios de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. A prática do comércio não era exclusiva destes, sendo exercida nas principais cidades da Antiguidade. A atividade de troca e venda dos comerciantes semíticos requeria o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação era efetuada. As trocas de bens e serviços eram seguidas de simples registros ou relatórios sobre o fato. Mas as cobranças de impostos, na Babilônia já se faziam com escritas, embora rudimentares. Um escriba egípcio contabilizou os negócios efetuados pelo governo de seu país no ano 2000 a.C.

Com o desenvolvimento do comércio cresceu a necessidade de registrar a riqueza que os reis e comerciantes obtiveram nas operações de compra e venda com outros povos, e também a necessidades de registrar essas informações. Durante a evolução dos séculos, o mundo passou por grandes alterações, fazendo com que a contabilidade tornasse uma ferramenta imprescindível para o controle das receitas e despesas dos seres humanos que viviam nesta época. Segundo ZANLUCA (2009)

O aperfeiçoamento e o crescimento da Contabilidade foram a consequência natural das necessidades geradas pelo advento do capitalismo, nos séculos XII e XIII. O processo de produção na sociedade capitalista gerou a acumulação de capital, alterando-se as relações de trabalho. O trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado, tornando os registros mais complexos.

Hoje em dia a contabilidade segue em desenvolvimento, e sempre surgem novas maneiras de fazer a contabilidade. Com isso o campo de atuação desta ciência tornou-se muito vasto, podendo ela ser aplicada a qualquer pessoa que exerça qualquer atividade econômica.

2.2 EVOLUÇÃO CONTÁBIL

A evolução contábil foi evidente e ainda não terminou, com o passar do tempo ainda irá evoluir muito. Embora muitos não sabem a contabilidade já era utilizada a 4.000 anos antes de Cristo, desde a época que os pastores contavam seu rebanho ano após anos. Segundo Ludícibus (2000, p.30):

a Contabilidade, seja talvez tão antiga quanto a origem do homo sapiens. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas aproximadamente a 4.000 a.C. Entretanto, antes disso, o homem primitivo, ao inventar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas das bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade.

Como naquele tempo não existia moeda, nem escrita e números (da forma que se sabe hoje), o pastor primeiramente começou a ter uma pedra por cabeça de ovelha, e assim todo ano que chegava o inverno ele fazia a contagem e via se quantidade de ovelhas cresceu em referencia ao ano que se passou, podemos dizer que nessa época já existia o inventário, que hoje é utilizado nas empresas. Com o passar dos tempos foram sendo utilizados outros métodos para contar seu rebanho e também para o pastor saber se houve alguma perda na sua criação. Entretanto, conforme Ludicibus e Marion (1999, p. 32),

Se nós tivéssemos moeda, o denominador comum não seria ovelhas, mas sim o valor em dinheiro. Todavia, o que fica bem claro é que mesmo sem moeda, escrita e número, a Contabilidade, como inventario, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica, ou melhor, quem

sabe, do home sapiente. Esta pode ser chamada de fase empírica da Contabilidade, em que se utilizavam desenhos, figuras e imagens para identificar o patrimônio existente. Com o passar do tempo, o homem começa a fazer marcas em arvores e pedras, podendo, assim, conferir seu rebanho em termos de crescimento, de extravio (perdas) de ovelhas, mortes e etc.

A Contabilidade existe a tanto tempo, que não se sabe ao certo quem a inventou, mas sabemos que ela desenvolveu muito com o passar do tempo, e logo que o homem vê uma necessidade na Contabilidade, ela se desenvolve mais ainda.

2.2.1 Alterações Contábeis

Desde o surgimento da contabilidade, este passou por varias modificações, sendo que a última de grande impacto foram às alterações feitas pela Lei 11.638/07, que trouxe alteração na estrutura das demonstrações contábeis, mudanças no critério de avaliação do ativo e do passivo, dentre outras mudanças.

Dentre essas inúmeras alterações, os que trouxeram maior impacto dentro da contabilidade foram às alterações na estrutura das demonstrações, onde a Demonstração das origens e aplicações de recursos foi substituída pela Demonstrações de Fluxo de Caixa, alem disso, caso a empresa seja de companhia aberta, também teve a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado. Conforme a Lei 11.638/07

Art. 1º Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176.....

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

.....
§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” (NR)

“Art. 177.....

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em

consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil;
ou

II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

.....
§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.” (NR)

“Art. 178.....

§ 1º

c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Outro ponto modificado foi à exclusão do Ativo Imobilizado e o Ativo Diferido, sendo que agora o Ativo Permanente é composto pelas seguintes contas, investimentos, imobilizado, intangível e diferido. Houve uma alteração no patrimônio líquido, agora sendo composto por capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesourarias e prejuízos acumulados.

Essas são algumas das alterações propostas pela Lei 11638/2007, que também trouxe a modificação de cálculo da depreciação, do reconhecimento do ajuste a valor presente e um procedimento específico para as micro e pequenas empresas.

2.3 SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

Desde os primórdios a população humana vem se desenvolvendo aos poucos e mostrando que cada prática utilizada é uma peça fundamental na evolução da contabilidade. De acordo com Sá (1999, p.17):

Antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição que foi a artística, da qual se valeu para também evidenciar seus feitos e o que havia conquistado para seu uso.

Esse desenvolvimento não é diferente com os sistemas, eles se desenvolveram ao longo do tempo para melhor atender a todos, embora seja mais complexo, pois envolve um conglomerado de números, códigos e especificações que tem de ser seguidos, a fim de gerar as informações corretas. Conforme Moscove, Simkin e Bagranoff. (2002, pg. 23):

Um sistema de informações é um conjunto de subsistemas inter-relacionados que funcionam em conjunto para coletar, processar, armazenar, transformar e distribuir informações para fins de planejamento, tomada de decisões e controle.

Os programadores de sistemas de informatização contábil, passaram a ter mais trabalho, pois tem de fazer o sistema se adaptar a vários seguimentos, como comércio, indústria, dentre outros, e cada um tem uma particularidade, sendo que nenhum deles necessitam das mesmas informações. De acordo Oliveira (1997)

As empresas necessitam de uma estrutura de informática mais completa, inclusive com a utilização de redes em todas as áreas que possam prover informações. A automação das empresas atinge praticamente todos os setores, exigindo a sua integração, de maneira que a informação possa fluir com rapidez para as áreas que se interessam por ela.

Os sistemas de informações contábeis tentam unir a empresa como um todo, fazendo uma interligação com todos os setores com a tentativa de demonstrar quais eventos vêm sendo os principais dentro da mesma. Conforme Passalongo (2004)

o sistema de informações é composto de entradas (inputs), processamento, saídas (outputs), ambiente e feedback. As entradas envolvem a captação e junção dos dados primários. O processamento envolve a conversão dos dados em saídas úteis, que são as informações, na forma de documentos, relatórios e dados de

transações. O ambiente é aquele no qual se insere o sistema (aberto), possibilitando o feedback, que promove a realização de ajustes ou modificações, quando necessários, nas atividades de entrada ou processamento.

Com a informática dentro da contabilidade, foi possível diminuir muito o trabalho braçal e aumentar o trabalho mental. A tecnologia contábil faz com que todos pensem muito mais, e isto deverá ser feito para minimizar os erros que podem ser cometidos. Os profissionais que souberem unir a tecnologia com a sabedoria contábil, tem a grande possibilidade de se destacar perante os outros profissionais seja ele na área contábil ou programador.

2.3.1 SOFTWARES CONTÁBEIS

Software contábil é denominado como um conjunto de programas, que tem como objetivo gerar informações, relatórios para as empresas conseguirem acompanhar o crescimento, ou não, da empresa. O software vem para dar grande auxílio dentro de uma empresa, sempre com o intuito de mostrar mais informações e detalhamento das mesmas, fazendo com que se tenha uma análise exata da atual situação. Segundo Oliveira (1997, p. 33),

Sistema é um conjunto de rotinas que contém vários programas e subprogramas, rotinas essas que são desenvolvidas para aplicação em áreas específicas da empresa, por meio do uso do computador, com o objetivo de gerar informações e produzir relatórios de acompanhamento e controle interno.

Dentro desses softwares existem vários segmentos, como o departamento fiscal, contábil, folha, gerencial, financeiro, dentre outros, sendo que, conforme Oliveira (1997, p. 32) “O programa é um conjunto de instruções para se desenvolverem tarefas ou se obter um resultado específico.” Sendo essa tarefa de qualquer segmento da contabilidade, desde a folha de pagamento até um balancete.

2.3.1.1 Evolução dos Softwares

Antigamente para efetuar um registro contábil, este deveria ser de forma manual em livros fiscais e contábeis. Com o avanço da tecnologia, esses procedimentos puderam ser automatizados, permitindo ao contador a agilidade no registro e utilização do tempo restante para análise de informações.

Segundo Oliveira e Vasconcelos (2005), o avanço tecnológico e as exigências que o mercado vem tendo, fazem com que as empresas procurem cada vez mais a diminuição nos processos que envolvem a contabilidade, e a maximização dos resultados por elas obtidos.

Com a evolução dos softwares, se criou vários sistemas de contabilidade, como o Sistema de Contabilidade Comercial, que serve para pequenas empresas, pois limita-se em operações mais simples, existe também Sistema de Contabilidade Fiscal, este serve para escrituração de livros, emissão de guias dos impostos e contribuições a recolher, dentre outras funções na escrita fiscal. Existem mais inúmeros sistemas que são vinculados na contabilidade. Por um bom tempo esses sistemas eram usados separadamente, fazendo com que o trabalho das empresas ficassem mais demorados para adquirir alguma informação necessária. Conforme Oliveira e Vasconcelos (2005, p. 70)

[...] até o surgimento dos Sistemas Integrados, as empresas possuíam apenas sistemas independentes, que não conversam entre si, ou seja, sistemas não-integrados. Para Colangelo Filho (2001), o problema com os sistemas não-integrados é que é difícil coordenar as atividades de diferentes áreas da organização e muitas tarefas acabam sendo redundantes.

Esses Sistemas Integrados vieram para dar mais agilidade, praticidade e confirmação nas informações que são passadas, tanto para os usuários internos, quanto externos. Eles vieram para fazer um conjunto com todos os outros sistemas contábeis, que antes eram usados independentes, trazendo maiores informações e interligando as mesmas, para dar maior facilidade no entendimento dos dados passados. Segundo Albertão (2001 apud Oliveira e Vasconcelos, 2005, p. 70)

[...] nos tempos atuais, mais que nunca, informação significa poder e seu uso apropriado pode ser uma arma que estabelece o diferencial

competitivo e a projeção de um cenário com vistas a um melhor atendimento a clientes, com a otimização de toda a cadeia de valores e de produção. Ter o poder e o controle sobre suas próprias informações de modo a reagir rapidamente dentro da exigência do mercado é uma necessidade que nenhuma organização que pretende sobreviver pode ignorar.

Tendo isto em vista, a evolução dos softwares tiveram uma grande importância no crescimento do mercado, em qualquer segmento, pois cada software tem sua especialização, seja em escritório contábil ou em uma fábrica de tintas, cada um se adapta no segmento que lhe é desejado.

2.4 PROFISSIONAL CONTÁBIL

O contador tem um mercado muito vasto no Brasil, e em média é um dos melhores mercados entre os de profissionais liberais, porém nem sempre foi assim. O profissional contábil tem peça fundamental para a sobrevivência das empresas, auxiliando nas tomadas de decisões, e fazendo aquela tarefa básica a qual é fornecer aos usuários as informações da contabilidade.

Segundo IUDICIBUS (2002, p. 43) “Em alguns segmentos da economia principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida, estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco.”

Ao profissional contábil são alocadas muitas funções, entretanto alguns usuários não sabem utilizar das informações que o contador pode lhe fornecer, achando que esta profissão tem que atender, apenas, as informações que o governo solicita.

Segundo SÁ (2007, p.144)

A profissão contábil consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento dos deveres sociais, legais e econômicos, tão como a tomada de decisões administrativas, além de servir de instrumentação histórica da vida da riqueza.

A profissão de contador, juntamente com o mercado mundial, esta em evolução diariamente, fazendo com que a profissão seja mais concorrida e mais exigente em todos os pontos. O contador não tem como função exclusiva

passar as informações para o governo, isto é apenas uma das exigências que lhe são atribuídas, suas funções são muito além disso.

2.4.1 Importância do Profissional Contábil

Ao profissional da contabilidade são atribuídas responsabilidades referentes a escrituração de livros fiscais e contábeis, levantamento de balanços, dentre outras demonstrações financeiras. A análise, e interpretação destas demonstrações também são uma atribuição dos contabilistas. O campo de atuação do contador é vasto e sem fronteiras, isto faz com que a profissão seja cada vez mais concorrida.

De acordo com Fortes (2002, p. 108)

Os contabilistas, como classe profissional, caracterizam-se pela natureza e homogeneidade do trabalho executado, pelo tipo e características do conhecimento, habilidades técnicas e habilitação legal exigidos para o seu exercício da atividade contábil. Portanto, os profissionais da contabilidade representam um grupo específico com especialização no conhecimento da sua área, sendo uma força viva na sociedade, vinculada a uma grande responsabilidade econômica e social, sobretudo na mensuração, controle e gestão do patrimônio das pessoas e entidades.

Entretanto, de forma alguma a automação substitui o contador ou o deixa a margem de suas funções. Na realidade, valoriza-o profissionalmente, pelo nível das informações, em razão de novas atribuições que podem exercer. Faz-se necessário mais do que nunca, uma formação profissional adequada e voltada para a realidade em que se inserem as empresas. O aperfeiçoamento deve ser permanente e contínuo, para que novos conhecimentos sejam adquiridos no objetivo de gerir as informações centralizadas na contabilidade. Segundo Oliveira (1997, p.12),

O sucesso da profissão, na atual conjuntura, depende de alguns fatores importantes, como: capacidade de interpretar corretamente legislação, principalmente a societária e a tributária, senso de organização e controle, domínio da informática e visão gerencial.

E foi justamente o que ocorreu em relação às atividades do contador, pois com a revolução dos computadores, a principal e mais conhecida função desse profissional até então perdeu sua relevância. A

escrituração contábil, hoje é realizada por computador, via digitação de dados e as atividades relacionadas aos aspectos fiscais, na maioria dos casos, são tarefas dos técnicos em contabilidade.

Alguns fatores estão envolvidos de forma direta na rotina de um escritório contábil e estão diretamente ligados no sucesso do mesmo.

2.4.2 Tomada de Decisões

Envolvido com os números, o contador tem uma de suas funções, auxiliar pessoas ou empresas nas tomadas de decisões. Conforme ZANLUCA (2012) “Percebi que, nas empresas onde a contabilidade era apenas uma obrigação fiscal, a vulnerabilidade das decisões levava aos administradores a cometer maiores erros.”

Isto vem a frisar que, com a evolução do mercado, das leis e da profissão contador, evolui também aos usuários das informações, fazendo com que as informações que são passadas para os usuários sejam cada vez mais importantes. Conforme SHIGUNOV (2004, p. 149)

Os clientes estão cada vez mais exigentes, por sua vez, é preciso que os contadores adotem práticas eficazes de gestão, a fim de preservar e obter novos clientes. Os donos de escritórios de Contabilidade devem-se ater, também, ao enfoque gerencial de seu escritório, centrado na qualidade e baseado na participação de seus colaboradores, com o objetivo de alcançar e manter a lucratividade por meio da satisfação e dos clientes, colaboradores e para a sociedade.

As informações que são passadas aos clientes, têm de ser de forma clara e resumida, para que todos os usuários, internos e externos possam ter uma visão da situação da empresa. O papel do contador é importante no processo de tomada de decisão, não como tomador de decisão, mais sim como coletor e relator dos dados que são relevantes.

Conforme IUDICIBUS (1987 p.23)

Saber tratar, refinar e apresentar de maneira clara, resumida e operacional dados esparsos, contidos nos registros da contabilidade financeira, de custos etc., bem como juntar tais uniformes com outros conhecidos não especificamente ligados á área contábil, para suprir a administração em seu processo decisório. Deve estar ciente de certos

conceitos de microeconomia e observar as reações dos administradores quanto á forma e conteúdo dos relatórios. Deve ser elemento com formação bastante ampla, inclusive de conhecimento, senão das técnicas, pelo menos dos objetivos ou resultados que podem ser alcançados com métodos quantitativos.

Um contador deve saber quais a informações necessárias para auxiliar seu cliente na tomada de decisão, sendo que o contador não poderá tomar essa decisão pelo empresário, apenas auxiliar, com os números e informações pertinentes.

3 EFD-CONTRIBUIÇÕES

O governo federal com o passar dos anos esta atualizando os procedimentos para agilizar a fiscalização perante as empresas, e uma das mais novas alternativas encontradas é a criação do conjunto SPED. A EFD Contribuições é a declaração proposta pelo governo para analisar o cálculo e o recolhimento do PIS da COFINS e da CPP.

3.1 CONCEITO

Por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, o presidente da república, instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital, mais conhecido por SPED.

No dia 05 de Julho de 2010 a RFB publicou a Instrução Normativa nº: 1.052 e conforme o Art. 1 ficou instituída a Escrituração Fiscal Digital Pis/Cofins, sendo que em 1º de março de 2012, com a I.N. 1.252, ficou instituída com o nome de EFD-Contribuições. Permitindo prestar as informações por parte das empresas sobre o cálculo e recolhimento do PIS/COFINS e CPRB mensal.

3.2 OBRIGATORIEDADE

O Governo Federal instituiu a obrigatoriedade do uso desta escrituração fiscal digital, inicialmente para algumas empresas tributadas pelo Lucro Real. O art. 3 da IN 1052/2010 demonstrada quem são as empresas responsáveis pelo uso da informações e emissão de regras da EFD-Contribuições.

I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e

III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das sociedades empresárias.

§ 1º Os usuários de que trata o caput, no âmbito de suas respectivas competências, deverão estabelecer a obrigatoriedade, periodicidade e prazos de apresentação dos livros e documentos, por eles exigidos, por intermédio do Sped.

§ 2º Os atos administrativos expedidos em observância ao disposto no § 1º deverão ser implementados no Sped concomitantemente com a entrada em vigor desses atos.

§ 3º O disposto no § 1º não exclui a competência dos usuários ali mencionados de exigir, a qualquer tempo, informações adicionais necessárias ao desempenho de suas atribuições.

A EFD-Contribuições já é transmitida atualmente pelas empresas tributadas pelo Lucro Real, e a partir de janeiro de 2013 será de obrigatoriedade das empresas do Lucro Presumido emitirem esse arquivo para a Receita Federal. De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012, Art. 4º Ficam obrigadas a adotar e escriturar a EFD-Contribuições, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007:

I - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

II - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;

III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

IV - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;

V - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

Parágrafo único. Fica facultada a entrega da EFD-Contribuições às pessoas jurídicas não obrigadas, nos termos deste artigo, em relação à escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, relativa aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2011.

Essas são as empresas que estão obrigadas, tendo também quando de começar a emitir suas obrigações e repassar o arquivo da geração do EFD-Contribuições para o governo. Como já foi prorrogado muito tempo, desta vez, provavelmente, ficara mantido essas datas já estipuladas, porém não é possível confirmar isto.

A legislação de que depende o contabilista para executar seu trabalho, torna-se cada vez mais complexa. O empresário seja grande, médio e pequeno ou micro, necessita de uma contabilidade para saber da situação de sua empresa, e atender as exigências da legislação em vigor, a contabilidade permite desenvolver uma importante missão na sociedade, que gira primordialmente em promover o equilíbrio entre o Estado e a sociedade, ou seja, faz-se mediador entre o lucro que o indivíduo auferir quando produz bens e serviços e o imposto que o Estado cobra sobre este mesmo lucro..

3.2.1 PIS/COFINS

Estão sujeitas a apuração do PIS e da COFINS as pessoas jurídicas de direito privado em geral, exceto as microempresas e empresas de pequeno porte submetidas ao regime do SIMPLES NACIONAL. Os tributos podem ser apurados de duas formas: pelo regime cumulativo e não-cumulativo.

Segundo Oliveira et al (2010, p. 31),

o regime cumulativo incide sobre o faturamento, sem direito a quaisquer deduções de créditos, como regra geral. O regime não-cumulativo, por sua vez, com vigência a partir de dezembro de 2002 para o PIS/PASEP e de fevereiro de 2004 para a COFINS, constitui-se em sistema de créditos e débitos, onde um compensa o outro.

O PIS foi criado pela Lei Complementar 07/70 e o PASEP pela L.C. 8/70, estes impostos foram unidos em 1976 pela L.C. 26/75. Já a COFINS foi criada em 1991, pela Lei Complementar 70/91, porém até dezembro de 2003 eram calculadas apenas pela forma cumulativa. Com a edição da Lei nº 10.833/2003 e na Lei 10.637/02, esses tributos também puderam ser calculados pela sistemática não-cumulativa.

A seguir será comentado de forma mais detalhada a forma de apuração pelo regime cumulativo e não-cumulativo.

3.2.1.1 Cumulatividade

O Regime da cumulatividade nada mais é do que faturamento no período, correspondendo a receita bruta auferida no mês, sendo irrelevante a atividade que a empresa exerce e qual classificação contábil ela adota para as receitas.

Conforme o Art. 2º da Lei nº 9.178 de 27 de novembro de 1998, o PIS/COFINS será cobrado baseado no seu faturamento, excluindo os dizeres do § 2º do art 3º do Capítulo I da Lei acima descrita, que são:

Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:

I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.

V - a receita decorrente da transferência onerosa a outros contribuintes do ICMS de créditos de ICMS originados de operações de exportação, conforme o disposto no inciso II do § 1º do art. 25 da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996.

Sobre o regime cumulativo incide uma alíquota de 0.65% de PIS e de 3% de COFINS. O regime cumulativo por ser tributado a uma alíquota mais baixa que a do não-cumulativo não permite o aproveitamento de créditos sobre as entradas.

3.2.1.2 Não – Cumulatividade

A não-cumulatividade é exercida pelo sistema de crédito, atribuída ao contribuinte, em relação às entradas para abatimento do que for devido pelos produtos ou serviços dele saídos, num mesmo período. Estão sujeitas à aplicação do princípio da não-cumulatividade, para efeitos de apuração da COFINS, as empresas optantes pelo Lucro Real.

O regime não cumulativo do PIS e da COFINS tem como base de cálculo a receita bruta oriunda do faturamento dos bens comercializados, assim como os serviços prestados pela instituição. Também fazem parte da base de cálculo dos tributos as demais receitas decorrentes da operação da empresa.

A base de cálculo do regime não cumulativo da COFINS esta disposta no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.833/2003, e o mesmo entendimento se da para o PIS na qual esta tratada no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.637/2002

Lei nº 10.833/2003

Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, com a incidência não-cumulativa, tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

Sobre o regime não-cumulativo incide uma alíquota de 1.65% de PIS e de 7.6% de COFINS. Ao regime não-cumulativo são permitidos alguns créditos sobre as entradas que serão demonstradas no tópico abaixo:

3.2.1.2.1 Aproveitamento de Crédito

Quando o contribuinte estiver sujeito ao cálculo do PIS e da COFINS na forma da não-cumulatividade, este poderá creditar-se dos seguintes valores, para efeitos de determinação do valor da contribuição, conforme exposto no

art. 3º da Lei nº 10.833/2003 para a COFINS e art. 3º da Lei nº 10637/2002 para o PIS.

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:

a) no inciso III do § 3º do art. 1º desta Lei; e

b) no § 1º do art. 2º desta Lei;

b) nos §§ 1º e 1º-A do art. 2º desta Lei;

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;

III - energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007)

IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;

VII - edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa;

VIII - bens recebidos em devolução cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei;

IX - armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.

X - vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção.

A empresa ao efetuar o cálculo mensal do PIS e da COFINS, aplicará sobre as receitas e sobre as entradas permitidas a alíquota de 1,65% para o PIS e de 7,6% para a COFINS. O recolhimento da diferença se dará até o 25º dia do mês subsequente a apuração do imposto. Caso a empresa possua crédito no mês, este pode ser utilizado para amortização do débito da competência subsequente.

3.3 INFORMAÇÕES PRESTADAS

As informações que são prestadas pelo contribuinte condizem com a sua movimentação financeira durante aquele período. As informações são passadas em blocos, sendo que cada um tem sua função, porém todos eles se referem à aglomeração de documentos fiscais.

O Quadro abaixo demonstra a estrutura base do arquivo da EFD-Contribuições.

Tabela 1 – Tabela de Blocos da EFD-Contribuições

Bloco	Descrição
0	Abertura, Identificação e Referências
A	Documentos Fiscais - Serviços (ISS)
C	Documentos Fiscais I – Mercadorias (ICMS/IPI)
D	Documentos Fiscais II – Serviços (ICMS)
F	Demais Documentos e Operações
M	Apuração da Contribuição e Crédito de PIS/PASEP e da COFINS
P	Apuração da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta
1	Complemento da Escrituração – Controle de Saldos de Créditos e de Retenções, Operações Extemporâneas e Outras Informações
9	Controle e Encerramento do Arquivo Digital

Fonte: Manual do SPED CONTRIBUIÇÕES

Embora todos tenham sua importância para o governo, alguns são essenciais na formação do arquivo digital, como por exemplo, o registro C100, este registra todas as entradas e saídas que envolvem as notas fiscais modelos 01, 1B, 04 e 55.

Tabela 2 – Tabela de Informação das notas fiscais

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec	Obrig
01	REG	Texto fixo contendo "C100"	C	004	-	S
02	IND_OPER	Indicador do tipo de operação: 0- Entrada; 1- Saída	C	001*	-	S
03	IND_EMIT	Indicador do emitente do documento fiscal: 0- Emissão própria; 1- Terceiros	C	001*	-	S
04	COD_PART	Código do participante (campo 02 do Registro 0150): - do emitente do documento ou do remetente das mercadorias, no caso de entradas; - do adquirente, no caso de saídas	C	060	-	S

05	COD_M OD	Código do modelo do documento fiscal, conforme a Tabela 4.1.1	C	002*	-	S
06	COD_SI T	Código da situação do documento fiscal, conforme a Tabela 4.1.2	N	002*	-	S
07	SER	Série do documento fiscal	C	003	-	N
08	NUM_D OC	Número do documento fiscal	N	009	-	S
09	CHV_NF E	Chave da Nota Fiscal Eletrônica	N	044*	-	N
10	DT_DOC	Data da emissão do documento fiscal	N	008*	-	S
11	DT_E_S	Data da entrada ou da saída	N	008*	-	N
12	VL_DOC	Valor total do documento fiscal	N	-	02	S
13	IND_PG TO	Indicador do tipo de pagamento: 0- À vista; 1- A prazo; 9- Sem pagamento. Obs.: A partir de 01/07/2012 passará a ser: Indicador do tipo de pagamento: 0- À vista; 1- A prazo; 2 - Outros	C	001*	-	S
14	VL_DES C	Valor total do desconto	N	-	02	N
15	VL_ABA T_NT	Abatimento não tributado e não comercial Ex. desconto ICMS nas remessas para ZFM.	N	-	02	N
16	VL_MER C	Valor total das mercadorias e serviços	N	-	02	N
17	IND_FRT	Indicador do tipo do frete: 0- Por conta de terceiros; 1- Por conta do emitente; 2- Por conta do destinatário; 9- Sem cobrança de frete. Obs.: A partir de 01/01/2012 passará a ser: Indicador do tipo do frete: 0- Por conta do emitente; 1- Por conta do destinatário/remetente; 2- Por conta de terceiros; 9- Sem cobrança de frete.	C	001*	-	S
18	VL_FRT	Valor do frete indicado no documento fiscal	N	-	02	N
19	VL_SEG	Valor do seguro indicado no documento fiscal	N	-	02	N
20	VL_OUT _DA	Valor de outras despesas acessórias	N	-	02	N
21	VL_BC_I CMS	Valor da base de cálculo do ICMS	N	-	02	N
22	VL_ICM S	Valor do ICMS	N	-	02	N
23	VL_BC_I CMS_ST	Valor da base de cálculo do ICMS substituição tributária	N	-	02	N
24	VL_ICM S_ST	Valor do ICMS retido por substituição tributária	N	-	02	N
25	VL_IPI	Valor total do IPI	N	-	02	N
26	VL_PIS	Valor total do PIS	N	-	02	N
27	VL_COFI NS	Valor total da COFINS	N	-	02	N
28	VL_PIS_ ST	Valor total do PIS retido por substituição tributária	N	-	02	N
29	VL_COFI NS_ST	Valor total da COFINS retido por substituição tributária	N	-	02	N

Fonte: Manual do SPED CONTRIBUIÇÕES

Com estas informações que são passadas, o governo consegue diagnosticar qual foi à movimentação na empresa, sendo que nestas movimentações foram utilizadas notas. Neste bloco não pode ser informado os documentos fiscais que não geram direito a receita ou crédito de PIS/PASEP e COFINS.

Conforme o Quadro abaixo, o registro 0150 tem como objetivo demonstrar quais empresas, clientes ou fornecedores, realizaram operação com a instituição que está fornecendo os dados.

Tabela 3 – Tabela de Cadastro do Participante

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec	Obrig
01	REG	Texto fixo contendo "0150".	C	004*	-	S
02	COD_PART	Código de identificação do participante no arquivo.	C	060	-	S
03	NOME	Nome pessoal ou empresarial do participante.	C	100	-	S
04	COD_PAIS	Código do país do participante, conforme a tabela indicada no item 3.2.1.	N	005	-	S
05	CNPJ	CNPJ do participante.	N	014*	-	N
06	CPF	CPF do participante.	N	011*	-	N
07	IE	Inscrição Estadual do participante.	C	014	-	N
08	COD_MUN	Código do município, conforme a tabela IBGE	N	007*	-	N
09	SUFRAMA	Número de inscrição do participante na Suframa	C	009*	-	N
10	END	Logradouro e endereço do imóvel	C	060	-	N
11	NUM	Número do imóvel	C	-	-	N
12	COMPL	Dados complementares do endereço	C	060	-	N
13	BAIRRO	Bairro em que o imóvel está situado	C	060	-	N

Fonte: Manual do SPED CONTRIBUIÇÕES

Estas são as informações que o governo deseja saber referente aos clientes e fornecedores, que tiveram alguma movimentação econômica com a empresa que esta emitindo o arquivo digital.

No bloco 0200 são fornecidas as informações referentes aos produtos, serviços, mercadorias e qualquer outro item relativo a transações que geram créditos.

Tabela 4 – Tabela de Identificação do Item

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec	Obrig
01	REG	Texto fixo contendo "0200"	C	004	-	S
02	COD_ITEM	Código do item	C	060	-	S
03	DESCR_ITEM	Descrição do item	C	-	-	S

	M					
04	COD_BARRA	Representação alfanumérico do código de barra do produto, se houver.	C	-	-	N
05	COD_ANT_ITEM	Código anterior do item com relação à última informação apresentada.	C	060	-	N
06	UNID_INV	Unidade de medida utilizada na quantificação de estoques.	C	006	-	N
07	TIPO_ITEM	Tipo do item – Atividades Industriais, Comerciais e Serviços: 00 – Mercadoria para Revenda; 01 – Matéria-Prima; 02 – Embalagem; 03 – Produto em Processo; 04 – Produto Acabado; 05 – Subproduto; 06 – Produto Intermediário; 07 – Material de Uso e Consumo; 08 – Ativo Imobilizado; 09 – Serviços; 10 – Outros insumos; 99 – Outras	N	002*	-	S
08	COD_NCM	Código da Nomenclatura Comum do Mercosul	C	008	-	N
09	EX_IPI	Código EX, conforme a TIPI	C	003	-	N
10	COD_GEN	Código do gênero do item, conforme a Tabela 4.2.1.	N	002*	-	N
11	COD_LST	Código do serviço conforme lista do Anexo I da Lei Complementar Federal nº 116/03.	N	004		N
12	ALIQ_ICMS	Alíquota de ICMS aplicável ao item nas operações internas	N	006	02	N

Fonte: Manual do SPED CONTRIBUIÇÕES

Essa informação irá fazer com que o governo possa fiscalizar quais os produtos que estão sendo comercializados por essas empresas, se algum produto não entrou na empresa ou a mesma não fabrica e este produto foi comercializado entre as partes, o governo conseguirá diagnosticar isso e se for o caso fazer uma fiscalização.

Essas informações que são prestadas para o governo se apresenta com sendo uma forma de fiscalização mais rápida, após a transmissão da EFD-Contribuições eles, o governo, terá em suas mãos as informações que possam lhe auxiliar na omissão da sonegação.

3.4 FISCALIZAÇÃO

A fiscalização deverá ser feita com o tempo, pois esta mudança fez com que o governo obtivesse muitas informações ao mesmo tempo,

provavelmente gerando maior trabalho para eles, sendo que para conseguir diagnosticar qualquer erro ou falha poderá demorar mais tempo.

Para empresas que são obrigadas a EFD-Contribuições e que possuem filiais, a transmissão do arquivo digital será feito de forma centralizada, Segundo a Receita Federal (2012) “O arquivo digital da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições), será gerado de forma centralizada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, em função do disposto no art. 15, da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e submetido ao programa disponibilizado para validação de conteúdo, assinatura digital, transmissão e visualização.

O Programa Validador e Assinador (PVA) da EFD-Contribuições valida apenas a importação de um arquivo único, por empresa, contendo os dados de receitas, custos, despesas e aquisições com direito a crédito, estruturados por estabelecimentos, no arquivo único. O PVA não permite a importação de arquivos fracionados por estabelecimento (01 arquivo por estabelecimento).”

Aparentemente isto faz com que o governo consiga administrar com maior agilidade os dados enviados pela empresa, pois fazendo de forma centralizada não é necessário fazer várias verificações e sim apenas uma. Isto irá facilitar na fiscalização.

4 COMUNICAÇÃO CONTÁBIL

A comunicação é o começo de toda e qualquer empresa e de acordo com SCHULER (2004, p. 11)

A comunicação está presente em todas as formas de organização conhecidas na natureza, tanto que se pode afirmar que a única maneira de haver organização é através da comunicação.

A comunicação tem uma função importante em todos os lugares, seja em uma empresa ou na própria moradia, ela existe para que haja uma organização em todos os locais que se é vivenciado, conforme SCHULER (2004, p. 11) A comunicação está presente em todas as formas de organização conhecidas na natureza, tanto que se pode afirmar que a única maneira de haver organização é através da comunicação. Isto é enfatizado por Putnam, Phillips e Chapman (In: CLEGG; HARDY, NORD, 2004, v.3, 110) dizendo que a “comunicação e a organização são coisas equivalentes”.

A comunicação existe para minimizar os erros e fazer com que todos tenham bom entendimento de tal assunto, fazendo com que ela seja essencial na vida prospera de qualquer empreendimento ou empresa, mas nem sempre a comunicação foi vista com um papel relevante, de acordo com Tomasi e Medeiros (2007, pg. 7),

Os estudiosos da linguagem reconhecem na comunicação um papel relevante. Esse papel, no entanto, nem sempre foi visto de forma positiva. Nem sempre se admitiu sem discussão que uma das funções da linguagem é a comunicação.

A partir do momento que a comunicação começou a ser entendida como peça fundamental dentro das organizações, ela se tornou importante em todas as áreas de atuação.

4.1 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO

A comunicação tem peça fundamental dentro das entidades e cada dia que se passa ela se torna mais preciosa, pois em meio esta era digital, não

se sabe se todas as pessoas envolvidas irão entender a mesma coisa de, por exemplo, uma mensagem eletrônica. De acordo Com Tomasi e Medeiros (2007, p. 14) “Uma conclusão que se tira daí é que uma mesma mensagem enviada a pessoas diferentes não leva ao compartilhamento de seu significado”.

Isto afirma o que Schuler (2004, pg. 95) disse “para uma comunicação eficaz, é necessário ter informações sobre a pessoa ou pessoas para quem nos dirigimos”. Nem todo ser humano tem o mesmo entendimento seja ele de qualquer assunto, como se pode perceber que existem vários gêneros de musicas, filmes, livros e etc. por isso tem de saber como se comunicar com tais pessoas, não é possível se comunicar com todas as pessoas da mesma forma.

De acordo com Tomasi e Medeiros (2007, p. 15)

Suponhamos que seja necessária uma comunicação sobre o lançamento de determinado livro de língua português. O conhecimento que temos do publico que consome este tipo de informação é composto de professores, estudantes de qualquer nível, vestibulandos, pessoas que estejam preparando-se para participar de concursos. Se a mensagem apoiar-se em informações que não valorizam as respostas precisas a questão lingüísticas, se preocupar-se em salientar o elevado nível da pesquisa, ou dos avanços em relação à gramática tradicional, é possível que colha um grande fracasso; não alcance êxito, porque quem se prepara para concursos deseja textos de perguntas e respostas precisas, sem labirintos especulativos.

Isto afirma o quão importante é a comunicação para qualquer segmento, um erro qualquer e mínimo que seja leva ao fracasso imediato, porém existem vários tipos de comunicação e vários formas de fazer isto e conforme a evolução do mundo estes meios serão mais importantes e de certa forma, de entendimento mais fácil.

4.2 FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS PARA MELHORAR A COMUNICAÇÃO

Diante das várias formas de comunicação, seja ela verbal ou não verbal, toda tem de ser aprimoradas para que não haja duplo sentido ou um

mau entendimento da mesma. Existem algumas metáforas que, conforme Tomasi e Medeiros (2007) estabelecem modos diferentes de olhar as organizações, sendo que essas são metáforas são freqüentemente pretextos de pesquisas em organizações, sendo elas: *conduite*, *lente*, *linkage*, *performance*, símbolo, voz e discurso.

A metáfora de *conduite* demonstra o encaminhamento da comunicação, sendo assim as entidades são vistas como canais de comunicação, meros *conduites*, e conforme Tomasi e Medeiros (2007, p. 38) “A visão mais comum da comunicação é a de um *conduite* pelo qual as mensagens são transmitidas a toda a organização”.

A metáfora da *lente* trata de como a comunicação é transmitida para os olhos de quem vê, esta comunicação é feita de indivíduo por indivíduo, pois cada um filtra e entende da maneira que acha necessário, e conforme a pessoa essas mensagens são alteradas e de acordo com Tomasi e Medeiros (2007, p. 39)

Lentes são um dispositivo que filtra, protege, salvaguarda e guia a transmissão. Valendo-se desse enfoque, os estudos focalizam a distorção, o bloqueio, a aquisição e o acesso à informação. Essa metáfora transmite a ilusória crença na transmissão de informação e transferência de idéias

Porém a metáfora de *linkage* absolve as informações que as metáforas do *conduite* e da *lente* não conseguem, pois esta metáfora rompe as barreiras físicas. Conforme Tomasi e Medeiros (2007, p. 39) este tipo de comunicação é visto como uma rede de indivíduos que ficam conectados entre si.

Conforme Tomasi e Medeiros (2007) a metáfora da *performance* já condiz com o fato de organizar a comunicação, pois esta condiz com o fato de processo e de atividade da empresa e não o fato da produtividade.

A metáfora do símbolo mesmo que geralmente demonstra sentidos que somente serve para a classe alta as organizações, ela soma representação durante o método de organização. De acordo com Tomasi e Medeiros (2007, p. 39) “Símbolos são sinais complexos, sugerem interpretações culturais; vão além de uma resposta particular.”

Mesmo havendo vários tipos de vozes dentro de uma empresa, a metáfora da voz leva a considera que se tem de ter desenvoltura para fazer-se

ouvir e entender dentro da empresa, pois cada situação se tem uma maneira diferente de se expressar, como disse Tomasi e Medeiros (2007, p. 41) “A metáfora da voz ressalta o poder e o controle como fatores que influenciam tanto aquele que pode falar, como o que pode ser ouvido nas organizações.”

Conforme Tomasi e Medeiros (2007, p. 41) A metáfora discurso demonstra uma conversação em que as empresas são vistas em formas de textos, sendo que essas conversações são tanto produtos delas quanto a cerne dessas organizações.

Essas metáforas apresentadas demonstram diferentes dados da comunicação e mostra que cada uma é parcial.

5 PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo visa evidenciar, por meio de questionários desenvolvidos pelo autor, qual a importância da comunicação entre o setor contábil de uma empresa com o setor de Tecnologia da Informação.

5.1 COMENTÁRIOS ACERCA DO TEMA

Em 2007 o Governo Federal a fim de diminuir a sonegação fiscal e obter um maior controle sobre as informações tributárias das empresas, estipulou a criação do programa SPED que é composto por declarações do nível, estadual, federal, previdenciário e contábil. Em 2010 por meio da Instrução Normativa nº 1052 foi criado a EFD-Contribuições, tal declaração é composto por um conjunto de informações fiscais que visa identificar o débito e o crédito de todos os itens comercializados/produzidos pela a empresa, afim de controlar os tributos por eles devidos.

Diante da criação de uma declaração que necessita juntar todo tipo de dados dos itens operacional de uma empresa, surgiu a necessidade de técnicos da Tecnologia da Informação em desenvolverem softwares e relatórios capazes de cobrir essa nova obrigação fiscal.

No entanto, essa é uma declaração onde o nível de informação se diferencia muito de empresa para empresa, tendo assim a consequente dificuldade para a geração desse novo relatório fiscal, surgindo a necessidade de uma boa comunicação entre o setor contábil e o da Tecnologia da informação para suprir essa declaração de uma forma correta e sem a necessidade de constantes retificações.

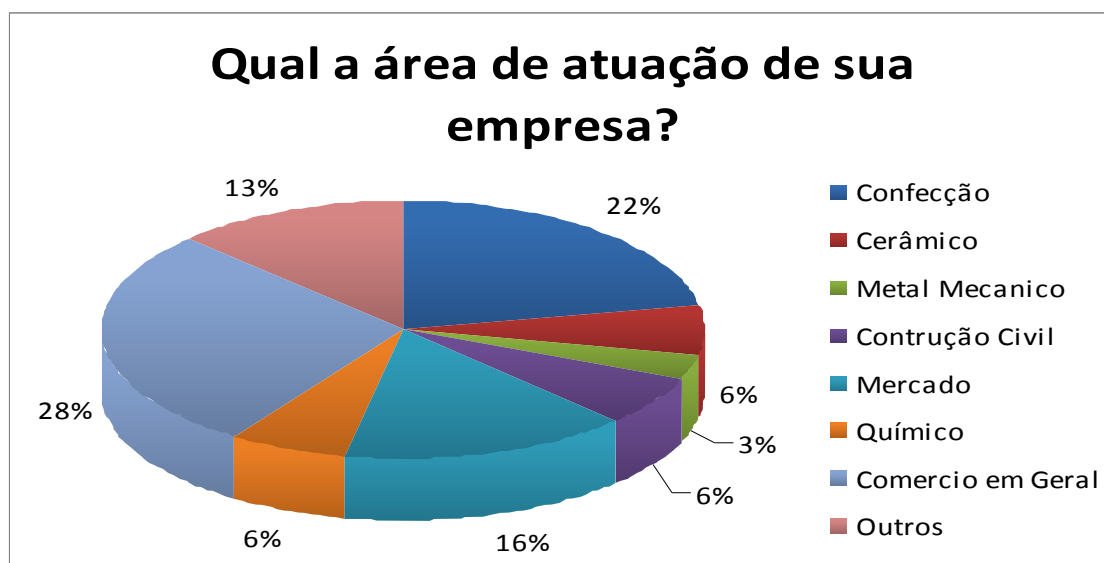
5.2 COMENTÁRIOS ACERCA DO QUESTIONÁRIO

Neste estudo, a importância da comunicação entre setores de uma empresa para a obtenção de forma precisa do arquivo da EFD-Contribuições, pode ser obtido por meio de questionário a ser aplicado entre diversos tipos de empresas do setor sul de Santa Catarina.

O questionário elaborado pelo autor foi aplicado para contadores que vivenciam essa obrigação acessória diariamente e que tentam ao máximo, prestar todas as informações de forma correta. Porém, durante a obtenção dos resultados do questionamento, veremos que não é nada fácil.

O primeiro questionamento elaborado para a obtenção do resultado esperado foi à definição do segmento das empresas pesquisadas.

Gráfico 1 – Qual a área de atuação de sua empresa?

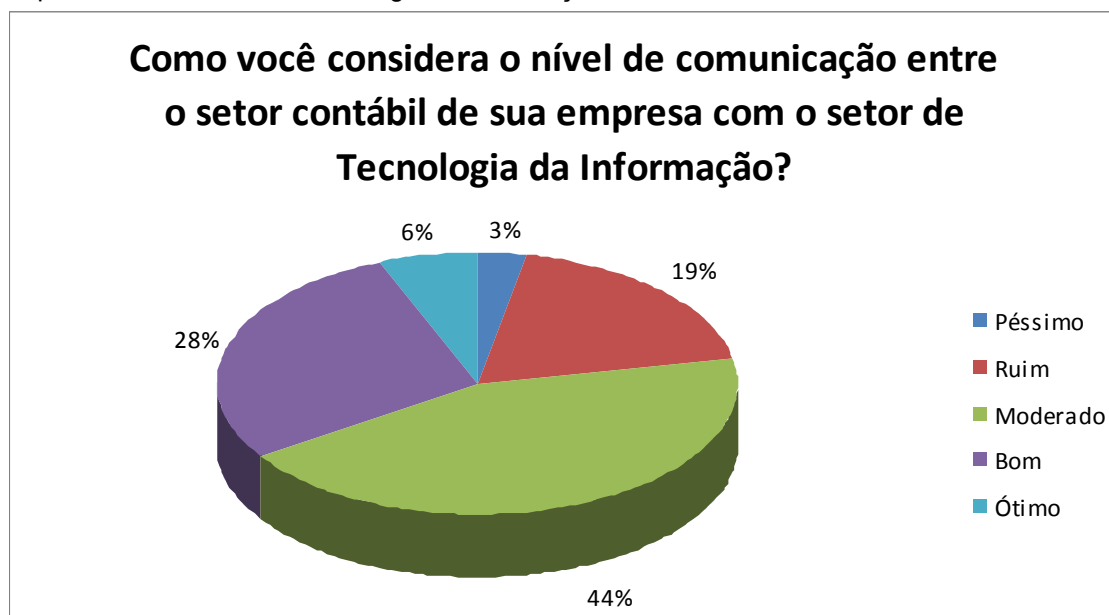


Fonte: Elaborada pelo autor

Como se pode perceber pelo gráfico, a maioria das empresas que responderam ao questionário foram os comércios em geral, as empresas de confecções e os mercados, isto porque estes segmentos seguem em constante crescimento na área em que foi feita a pesquisa, fazendo com que as obrigações fiscais sejam mais difíceis de serem efetuadas, pois tem uma grande gama de informações a serem repassadas, tendo assim que ter mais contato, tanto com o contador, quanto com o software usado.

Na sequência foi questionado ao responsável pela geração do arquivo digital como ele considerava o nível de comunicação entre o setor contábil da empresa para com o setor de tecnologia da informação.

Gráfico 2 – Como você considera o nível de comunicação entre o setor contábil de sua empresa com o setor de Tecnologia da Informação?

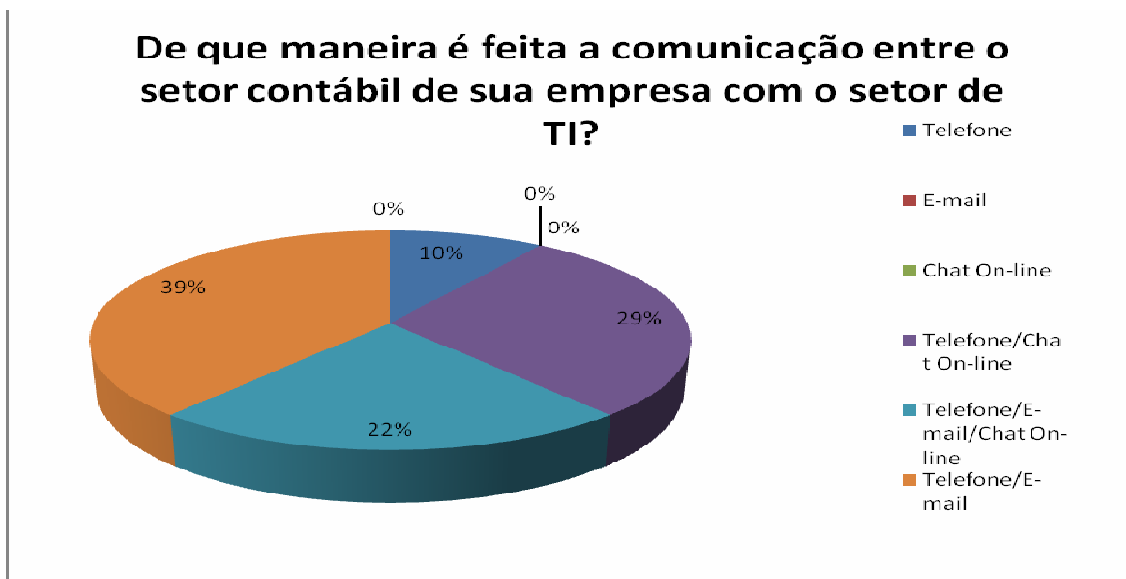


Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre todas as possibilidades levantadas, entendeu-se que as empresas de tecnologia de informação não deixam a desejar com seus clientes, pois mais de 50% das empresas pesquisadas acharam o nível de comunicação de moderado a bom, mas se sabe que cada empresa de tecnologia tem sua maneira de se comunicar com o cliente. Porém, existem alguns clientes que não gostam de certos meios de comunicação ou ainda não sabem utilizar, fazendo com que ele tenha uma comunicação ruim com seu software.

Sabemos que uma das ferramentas mais utilizadas é a comunicação verbal, tendo em vista a agilidade da mesma em obter respostas, outra ferramenta é a comunicação via escrita, onde se tem a possibilidade de ter exemplos práticos de como deve ser elaborada o registro do referido Bloco em discussão, e por fim o famoso chat online que seria como uma comunicação escrita onde se possui a resposta em tempo real. Diante disso, foi questionado para os contadores de que forma era feita a comunicação entre as partes.

Gráfico 3 – De que maneira é feita a comunicação entre o setor contábil de sua empresa com o setor de TI?



Fonte: Elaborada pelo autor

Com essa pesquisa pode-se perceber que a ferramenta mais utilizada é a comunicação verbal via telefone, por essa poder repassar informações mais precisas e rápidas. Ocorre que muitos gostam de utilizar o telefone juntamente com o e-mail e o chat online, devido a necessidade de informações rápidas e a necessidade de obter exemplos de preenchimento de blocos, ou então de obter correções no layout dos arquivos magnéticos a serem gerados.

Gráfico 4 – Qual o sistema contábil que sua empresa utiliza?

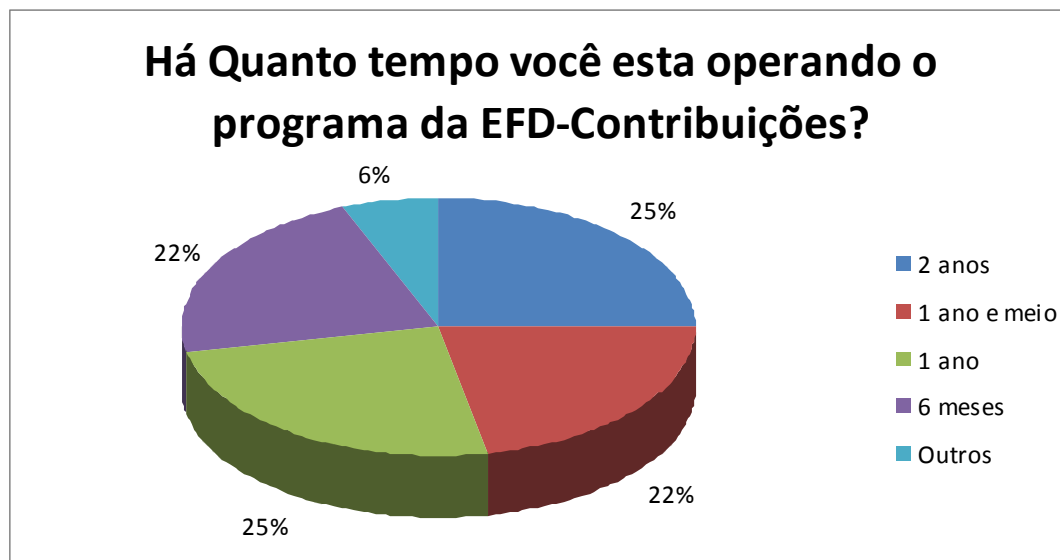


Fonte: Elaborada pelo autor

Dos sistemas que as empresas pesquisadas utilizam, vemos que a Domínio e a JBSSoftware levam vantagem na demais empresas, juntas eles passam de 50% dos programas utilizados. Isto pode ser porque estes sistemas já vêm se preparando a tempos, em prol desta obrigação acessória, fazendo com que seus clientes tenham maior facilidade na geração deste arquivo digital, porém isto não quer dizer que os outros sistemas não estão aptos para emitir este arquivo, pode ser apenas questão de escolha pessoal. Além disso, essas empresas possuem sedes na região pesquisada.

Também foi solicitado para que o entrevistado respondesse a quanto tempo já estava operando com o programa da EFD-Contribuições e como ele considerava o nível de adaptação a este.

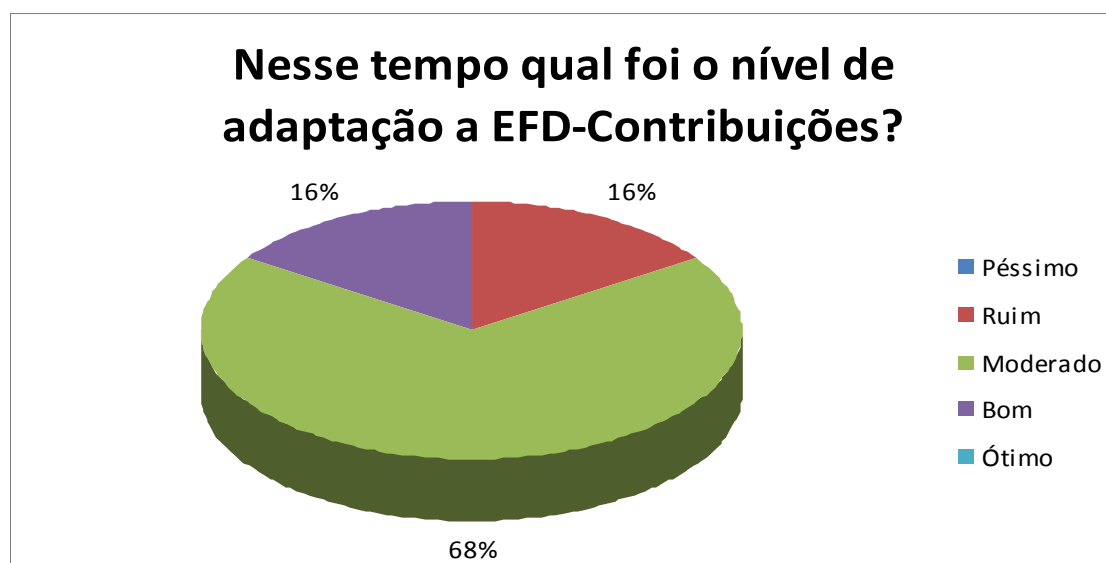
Gráfico 5 – Há quanto tempo você esta operando o programa da EFD-Contribuições?



Fonte: Elaborada pelo autor

Segundo respostas obtidas, embora a lei que sancionou e aprovou o layout do sistema EFD-Contribuições tenha ocorrido em 2010, para as competências do ano de 2012, percebe-se que aproximadamente 50% dos entrevistados começaram a operar com esse sistema a cerca de um ano, onde o prazo para entrega estava prestes a ser iniciado. Isso reflete no questionamento da adaptação ao sistema, onde grande maioria ainda não conseguiu se adaptar de forma completa ao sistema, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 6 – Nesse tempo qual foi o nível de adaptação a EFD-Contribuições?



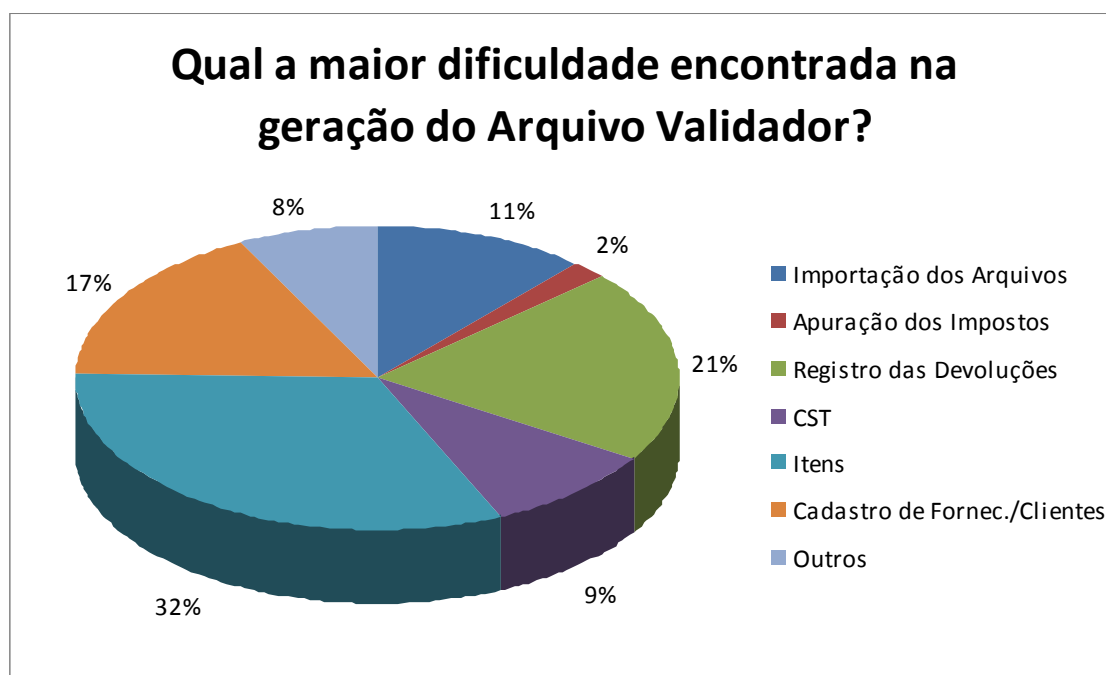
Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisar os dados levantados quanto a adaptação verifica-se que mais de 80% dos entrevistados não está contente com sua adaptação para com o programa EFD-Contribuições. Tal descontentamento pode ser reflexo da grande gama de informações solicitadas pelo governo na referida declaração, ou até mesmo, o pouco tempo de preparo que o contador possui para poder focar na referida escrituração fiscal digital. Analisando esses dados também se pode chegar a conclusão que o responsável pelo envio das informações não possui a certeza de que todos os dados disponibilizados ao governo por essa declaração estão corretos.

As empresas que consideraram a adaptação ao sistema de forma boa, são aquelas que já estão se preparando há algum tempo e que conseqüentemente já estão acostumados com os tipos de problemas encontrados no sistema, chegando assim a encontrar soluções para resolve-los de forma mais ágil.

Diante da dificuldade em adaptação ao sistema digital também foi questionado ao entrevistado qual a maior dificuldade encontrada na geração do arquivo validador, tendo em vista ao conglomerado de informações a serem prestadas.

Gráfico 7 – Qual a maior dificuldade encontrada na geração do Arquivo Validador?



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a pesquisa feita, podemos ver que as dificuldades encontradas na geração do arquivo digital foram diversas. Porém, a maior parte das empresas pesquisadas entende que o cadastro dos itens gerou maiores problemas. Provavelmente isto se dá pela quantidade de itens que tem de ser cadastrados pelas empresas, pois de acordo com o gráfico um, as empresas que tiveram maior porcentagem, são as que possuem mais itens em operação.

Temos como exemplo as empresas do ramo da confecção, que são obrigadas a cadastrar todos os itens que utilizam na industrialização das suas roupas, isto faz com que se torne mais complexo a formação deste arquivo.

Podemos também levar em consideração o fato dos descontos incondicionais que as empresas cedem para seus clientes, alguns softwares não conseguem passar essa informação para o arquivo fiscal digital, embora apareça o desconto incondicional na nota fiscal eletrônica, esta informação tem que ser muito bem discriminada na geração do item, caso contrario possuirá divergência de informações entre o valor total das notas fiscais para com os produtos nela obtido.

Em segundo esta o registro das devoluções, sendo que este registro deve ser feito, conforme disciplina o Manual e o perguntas e respostas da EFD-Contribuições, que segue abaixo:

Figura 1 – Devolução de Vendas

53. Como informar a Devolução de Vendas?

As operações de Devolução de Vendas, no regime de incidência não cumulativo, correspondem a hipóteses de crédito, devendo ser escrituradas com os CFOP correspondentes em C170 (no caso de escrituração individualizada dos créditos por documento fiscal) ou nos registros C191/C195 (no caso de escrituração consolidada dos créditos), enquanto que, no regime cumulativo, tratam-se de hipótese de exclusão da base de cálculo da contribuição.

Dessa forma, no regime cumulativo, caso a operação de venda a que se refere o retorno tenha sido tributada para fins de PIS/COFINS, a receita da operação deverá ser excluída da apuração:

1. Caso a pessoa jurídica esteja utilizando os registros consolidados C180 e filhos (Operações de Vendas), não deverá incluir esta receita na base de cálculo das contribuições nos registros C181 e C185.
2. Caso a pessoa jurídica esteja utilizando os registros C100 e filhos, deverá incluir a nota fiscal de saída da mercadoria com a base de cálculo zerada, devendo constar no respectivo registro C110 a informação acerca do retorno da mercadoria, conforme consta no verso do documento fiscal ou do DANFE (NF-e).

Caso não seja possível proceder estes ajustes diretamente no bloco C, a pessoa jurídica deverá proceder aos ajustes diretamente no bloco M, nos respectivos campos e registros de ajustes de redução de contribuição (M220 e M620). Neste caso, deverá utilizar o campo "NUM_DOC" e "DESCR_AJ" para relacionar as notas fiscais de devolução de vendas, como ajuste de redução da contribuição cumulativa.

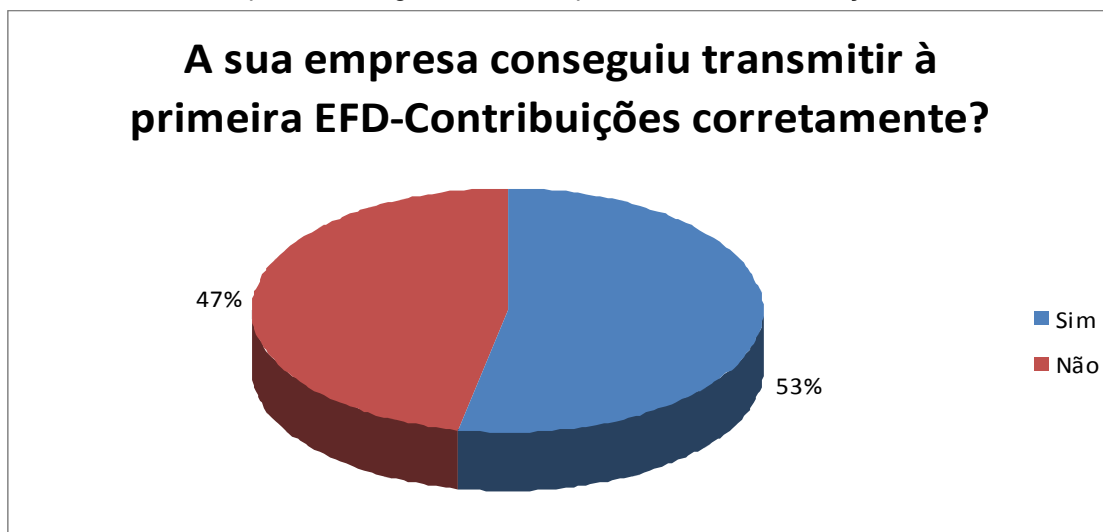
Mesmo não gerando direito a crédito no regime cumulativo, a nota fiscal de devolução de bens e mercadorias pode ser informada nos registros consolidados C190 e filhos, ou C100 e filhos, para fins de transparência na apuração. Nesse caso, deve ser informado o CST 98 ou 99, visto que a devolução de venda no regime cumulativo não gera crédito.

Fonte: Perguntas e Respostas EFD-Contribuições

Conforme destacado no perguntas e respostas da EFD-Contribuições, as devoluções possuem um procedimento específico. Em geral as entradas e as saídas possuem seu crédito e débito registrado diretamente nas notas fiscais. Porém, quando uma empresa efetua uma devolução no mesmo mês de venda, deve-se ou zerar a base de cálculo de ambas as operações, ou então providenciar um ajuste no Registro M100 ou M500 que são os registros onde são apurados os saldos de PIS e COFINS do período. O mesmo tipo de erro acontece em se tratando das devoluções de compras. Estas mudanças ainda não foram absorvidas pelas pessoas que fazem o arquivo digital, assim gerando erros na hora da transmissão.

Seguindo essa linha foi questionado aos profissionais, quanto a primeira escrituração fiscal digital, se a mesma foi transmitida de forma correta.

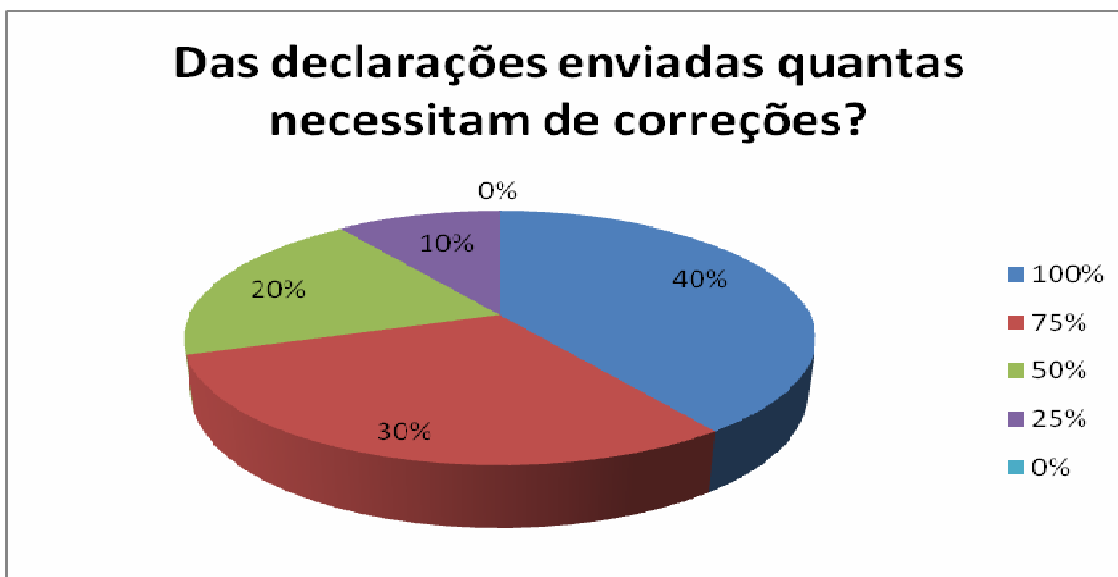
Gráfico 8 – A sua empresa conseguiu transmitir à primeira EFD-Contribuições corretamente?



Fonte: Elaborada pelo autor

De acordo com as respostas obtidas, verifica-se que praticamente metade das empresas conseguiu transmitir a primeira EFD-Contribuições corretamente, porém outra metade não conseguiu. Além disso, foi questionado, sobre as demais competências, se as mesmas necessitam de algum tipo de retificação nos dados apresentados.

Gráfico 9 – Das declarações enviadas quantas necessitam de correções?



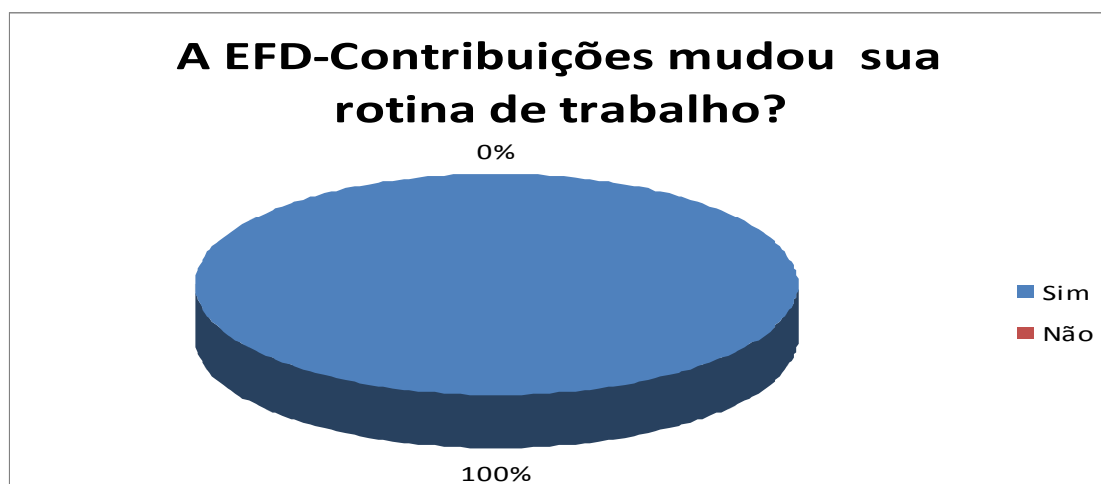
Fonte: Elaborada pelo autor

Analisando o gráfico, percebemos que todas as empresas necessitam retificar os dados apresentados. Além disso, 70% necessitam

corrigir mais de 75% das informações prestadas. Isso demonstra o quão complexo é o sistema de informação exigido pelo governo, demonstra que a comunicação entre o setor contábil de uma empresa com o setor de tecnologia da informação, apesar de ser boa, ainda necessita de muita conversa para poder corrigir as imperfeições geradas, para a apresentação dessa nova obrigatoriedade fiscal que o governo criou a fim de diminuir a sonegação.

Houve também o questionamento acerca da mudança da rotina de trabalho dentro da empresa, de que forma foi a adaptação a essa nova rotina e se houve a necessidade de contratação de pessoal para suprir a declaração.

Gráfico 10 – A EFD-Contribuições mudou sua rotina de trabalho?



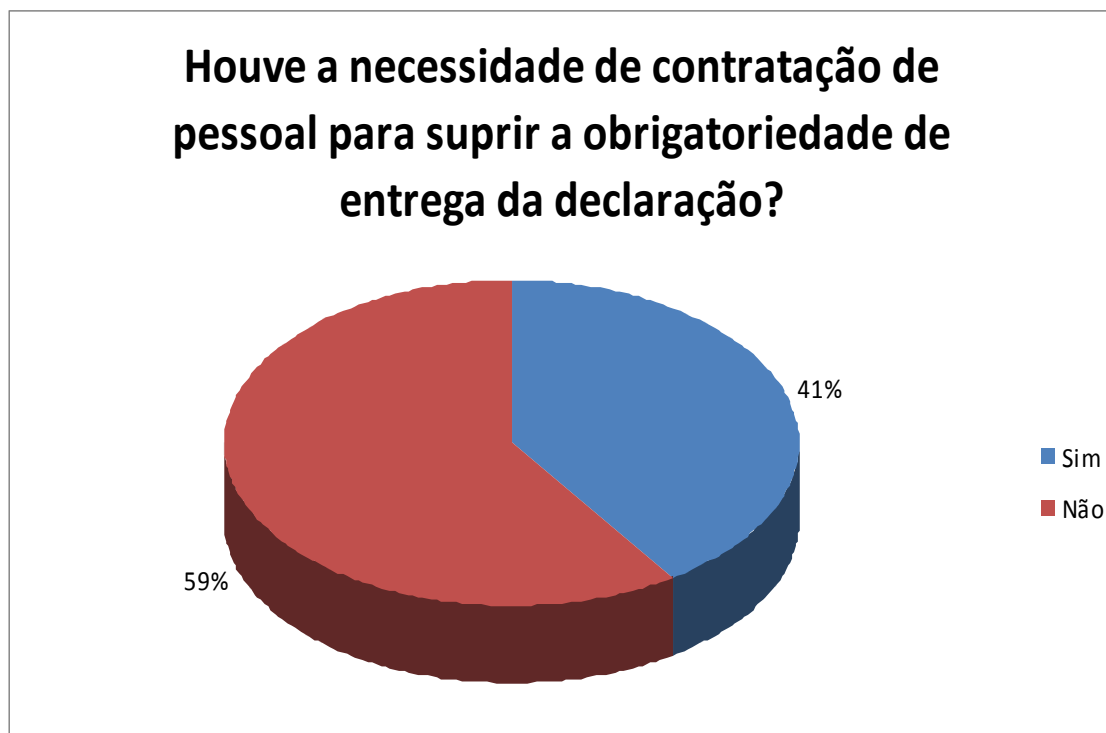
Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 11 – Caso a resposta seja positiva, como foi à alteração na rotina?



Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 12 – Houve a necessidade de contratação de pessoal para suprir a obrigatoriedade de entrega da declaração?



Fonte: Elaborada pelo autor

Como podemos verificar nos gráficos expostos, todas as empresas, sem exceção tiveram que alterar sua rotina de trabalho, sendo que a maioria delas considerou que a adaptação a nova rotina foi difícil. Pode-se citar alguns motivos para explicar essa dificuldade, como a falta de contratação conforme exposto no gráfico nº13, a complexidade de informações solicitadas pelo programa e a tentativa de adaptação ao programa em última hora.

Por fim, com o intuito de obter a opinião do entrevistado sobre a exigência dessa nova obrigação, foi questionado se com a implantação da Escrituração Digital, o governo irá conseguir controlar a sonegação fiscal.

Como vemos no gráfico abaixo, temos um empate entre as empresas, alguns acham que com certeza o governo vai conseguir controlar a sonegação fiscal e a outra metade acha que apenas um pouco, pois devido a tanta informação, provavelmente o governo não saberá o que fazer com elas. Com esse questionamento, temos a certeza de que todos acreditam que a sonegação fiscal entre as empresas do Lucro Real irá diminuir.

Gráfico 13 – Com a implementação da Escrituração Digital, você considera que o Governo conseguirá controlar a sonegação?



Fonte: Elaborada pelo autor

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Com esta pesquisa podemos fazer algumas análises. Percebemos que as empresas, mesmo avisadas com antecedência, deixaram para a última hora para se adaptar ao programa da EFD-Contribuições, e assim suprir as necessidades da mesma. Também foi possível analisar que os softwares contábeis tentam suprir as necessidades do seu cliente e do governo, embora cada segmento da empresa tenha suas particularidades, o software tenta fazer o máximo para facilitar o cliente a declarar ao governo todas às informações necessárias. Por fim, notou-se que o melhor meio de comunicação entre as partes, foi o telefone, pela agilidade e praticidade, não deixando margem para que a mensagem seja entendida em duplo sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere a evolução da contabilidade não temos duvida que ela seguira crescendo cada dia mais e com isto surgira algumas outras obrigatoriedades, que apesar de complexas, terão de ser cumpridas.

Os softwares contábeis seguem em constante atualização e continuam se tornando indispensáveis para todas as empresas, não só pelo aumento da competitividade do mercado, mais sim para auxiliar as empresas em tomadas de decisão que são decisivas na sua continuidade no mercado. Todos os dados que a empresa gera é uma informação que tem de ser levada em consideração.

A evolução da contabilidade segue em constante crescimento e ainda não acabou, pois esta profissão esta cada vez mais exigente e faz com que o profissional desta área se especialize em vários ramos, se pode ver, por exemplo, que a informatização contábil não só tomou conta da contabilidade como também irá auxiliar o governo no combate da sonegação de impostos.

Realizar o estudo de caso demonstrou que a comunicação entre todos os envolvidos na formação do arquivo digital da EFD-Contribuições se torna cada vez mais importante, pois o desenvolvimento deste arquivo é tão importante quando a transmissão do mesmo.

As empresas que seguem em constante crescimento têm de começar a se preparar para a geração desta obrigação, e de outras que possam vir durante o tempo, pois apesar da informática ter adentrado na contabilidade, as informações, com o tempo, vão ser passadas com mais detalhes, fazendo com que a sonegação de impostos acabe e a contabilidade se torne cada vez mais informatizada, com isto as informações que serão passadas para o governo vão ser mais que meras obrigações.

A comunicação, seja ela feita do jeito que for, será subtendida de várias maneiras, entretanto existem várias formas de que isso não aconteça e que a mensagem que se pretende passar seja entendida de uma maneira só, sem mensagens subliminares.

Com base neste trabalho temos em vista que a comunicação se torna cada vez mais importante na formação das obrigações acessórias,

mesmo que sendo feita de várias maneiras, a comunicação é de extrema importância em tudo que se faz. Este trabalho teve o objetivo de demonstrar que a comunicação entre todas as partes relacionadas na geração do arquivo digital da EFD-Contribuições colabora para que as informações sejam passadas de forma correta e que não seja necessário haver alguma retificação de informação prestada.

REFERÊNCIAS

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da Contabilidade**. São Paulo. Atlas, 1999.
- RECEITA Federal do Brasil. Lei 11.638/2007. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2007/lei11638.htm>. Acesso em: 17 out.2012
- MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN. Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Os Sistemas de Informações Contábeis**. Tradução Geni G. Goldschimidt. São Paulo. Atlas, 2002.
- OLIVEIRA, Célio Roberto I.; VASCONCELOS, Mércia Fernandes. **Importância da participação do contador no processo de implantação de Sistemas Integrados de Gestão**: um estudo de caso. In: Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n 154, Jul./ago. 2005, pg. 65-76
- OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada**, 1. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.
- PASSOLONGO, Cristiani. Avaliação de Sistemas de Informações Financeiros: estudo de casos múltiplos. 2004.188f. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Maringá, 2004.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SÁ, Antonio Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**, 9. ed. São Paulo: Atlas, 1999
- SCHULER, Maria (coord) *Comunicação estratégica*. São Paulo: Atlas, 2004.
- TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação Empresarial**. São Paulo. Atlas, 2007
- VASCONCELLOS, Marco Túlio de Castro. **Impactos da Internet sobre a Evolução da Ciência Contábil**. *Revista do Conselho Regional do Estado de São Paulo*. São Paulo, n.01, mar. /abr.1997.
- ZANLUCA, Júlio César. História da Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>> Acesso em: 15 Ago. 2012.

APÊNCIDE - QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno: Carlos Garcia Barbosa, acadêmico da 9ª fase do Curso de Ciências Contábeis, pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

1) Qual a área de atuação de sua empresa?

() Confecção () Cerâmico () Metal Mecânico () Construção Civil () Mercado () Químico () Comércio em Geral

2) Como você considera o nível de comunicação entre o setor contábil de sua empresa com o setor de Tecnologia da Informação?

() Péssimo () Ruim () Moderado () Bom () Ótimo

3) De que maneira é feita a comunicação entre o setor contábil de sua empresa com o setor de TI?

() Telefone () E-mail () Chat On-line () Outro _____

4) Qual o sistema contábil que você utiliza?

() Domínio () SCI () JBSsoftware () Smart () Microsiga () WK Radar () Outro _____

5) Há quanto tempo você esta operando o programa da EFD-Contribuições?

() 2 anos () 1 ano e meio () 1 ano () 6 meses () Outro _____

6) Nesse tempo qual foi o nível de adaptação a EFD-Contribuições?

() Péssimo () Ruim () Moderado () Bom () Ótimo

7) Qual a maior dificuldade encontrada na geração do Arquivo Validador.

() Importação dos Arquivos () Apuração dos Tributos () Registro das Devoluções () CST () Itens () Cadastro de Fornec./Clientes () Outro _____

8) Você conseguiu transmitir à primeira EFD-Contribuições corretamente

() SIM () NÃO

9) Das declarações enviadas quantas necessitam de correções?

() 100% () 75% () 50% () 25% () 0%

10) A EFD-Contribuições mudou sua rotina de trabalho?

() SIM () NÃO

11) Caso a resposta seja positiva, como foi à alteração da rotina

DIFÍCIL MÉDIO FÁCIL

12) Houve a necessidade de contratação de pessoal para suprir a obrigatoriedade de entrega da declaração?

SIM NÃO

13) Com a implementação da Escrituração Digital, você acha que o Governo conseguirá controlar a sonegação

NÃO UM POUCO COM CERTEZA